

## RECUPERAÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA APONTAM PARA CRESCIMENTO DE 2,1% EM 2018

### Crescimento do PIB dos serviços será positivo em 2017

Nos primeiros três trimestres de 2017, o PIB brasileiro apresentou crescimento em relação ao trimestre anterior, invertendo uma tendência de queda que vinha desde o início de 2015. A consequência foi que a economia conseguiu acumular uma taxa de crescimento positiva neste ano até o terceiro trimestre (0,6%). Dado o comportamento esperado para o último trimestre do ano, o qual começou bem, estima-se que o PIB brasileiro deve crescer 1,0% em 2017, um resultado bastante positivo para uma economia que recuou 7,1% entre 2014 e 2016.

Entre os setores de atividade econômica, a agricultura e a indústria extrativa mineral são os segmentos com maior crescimento esperado neste ano: esperam-se expansões reais de PIB de, respectivamente, 13,5% e 5,2%. O PIB da indústria de transformação, ao contrário do que se observava desde 2013, deve crescer 1,8% em 2017. É um crescimento modesto, mas já indica uma mudança de tendência. A construção civil deve apresentar retração de 4,4%, acumulando um ano a mais de recessão nesse mercado. Desde 2013, a construção deve acumular perda próxima a 20%.

### PIB por setor de atividade, R\$ Bilhões

Setores de atividade	PROJEÇÃO PARA O ANO*		
	2016	2017	var. (%)
Agropecuária	267,596	303,789	13,5%
Extrativa Mineral	78,784	82,842	5,2%
Indústria de Transformação	653,216	665,231	1,8%
Construção	314,010	300,209	-4,4%
Comércio	695,738	710,505	2,1%
Financeiro	439,495	434,143	-1,2%
Serviços públicos	940,206	934,189	-0,6%
Serviços privados não financeiros	2.132,736	2.146,175	0,6%
<b>PIB a custo de fatores</b>	<b>5.521,781</b>	<b>5.577,082</b>	<b>1,0%</b>

### Demanda agregada, R\$ Bilhões

Componentes de demanda	PROJEÇÃO PARA O ANO*		
	2016	2017	var. (%)
Consumo	4.108,59	4.160,11	1,3%
Gastos do governo	1.251,40	1.244,22	-0,6%
Investimento	916,97	955,22	4,2%
Formação Bruta de Capital Fixo	1.043,21	1.021,06	-2,1%
Variação de estoques	-126,24	-65,85	-47,8%
Exportação	753,90	813,43	7,9%
Importação	637,26	706,90	10,9%
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>6.393,61</b>	<b>6.466,08</b>	<b>1,1%</b>

Fonte: IBGE. (\*) Valores a preços do III trimestre de 2017.

Considerando os resultados mais recentes das Contas Trimestrais e também os indicadores de conjuntura, espera-se que o PIB dos serviços privados não financeiros venha a crescer 0,6% em 2017. Essa mudança de tendência encerra o período recessivo pelo qual passaram esses setores de atividade econômico em 2015 e 2016.

Entre os segmentos que compõem os serviços privados não financeiros, esperam-se desempenhos mais positivos dos serviços prestados às famílias e empresas e dos serviços de transportes, ambos com taxa de expansão de 1,1% em 2017. Essas atividades se beneficiaram diretamente com o aumento das vendas e da produção de mercadorias e com o gradativo retorno do crédito.

Do ponto de vista da demanda, as componentes de formação bruta de capital fixo e de despesas do governo ainda devem apresentar quedas importantes em 2017: -2,1% e -0,6%, respectivamente. O consumo das famílias deve fechar o ano com expansão de 1,3% em 2017. Esse resultado encerra o período de queda do consumo, cuja retração alcançou 7,4% entre 2014 e 2016.

## Serviços assumem liderança do investimento direto estrangeiro

Em 2016, segundo os dados do Banco Central do Brasil, o país registrou um ingresso bruto de investimentos diretos estrangeiros (IDE) no país de USD 53,7 bilhões. Esse resultado

Fonte: BACEN. (1) Royalties e aluguel de equipamentos (2) Serviços culturais, pessoais e recreativos e demais serviços.

## Serviços privados não financeiros, R\$ Bilhões<sup>1</sup>

Abertura de serviços	PROJEÇÃO PARA O ANO*		
	2016	2017	var. (%)
Energia, saneamento e gás	155,40	155,77	0,2%
Transportes e logística	246,87	249,51	1,1%
Serviços de informação	183,28	180,28	-1,6%
Prestados às famílias e empresas	546,59	552,62	1,1%
Serviços imobiliários	1.000,60	1.008,00	0,7%
<b>Total</b>	<b>2.132,74</b>	<b>2.146,17</b>	<b>0,6%</b>

Fonte: IBGE. (1) Valores a preços do II trimestre de 2017.

## Balança de serviços, USD Milhões

Contas	Janeiro a setembro		
	2016	2017	var. (%)
Transportes	-2.671,84	-3.510,55	31,4%
Receitas	3.778,36	4.286,22	13,4%
Despesas	6.450,20	7.796,78	20,9%
Viagens	-5.813,52	-9.785,03	68,3%
Receitas	4.666,54	4.360,44	-6,6%
Despesas	10.480,07	14.145,46	35,0%
Seguros e serviços financeiros	-469,09	-421,54	-10,1%
Receitas	1.130,45	1.106,21	-2,1%
Despesas	1.599,54	1.527,75	-4,5%
Serviços prestados a empresas <sup>1</sup>	-12.106,04	-9.679,89	-20,0%
Receitas	13.762,13	14.726,70	7,0%
Despesas	25.868,17	24.406,59	-5,7%
Serviços governamentais	-942,49	-754,18	-20,0%
Receitas	512,38	549,18	7,2%
Despesas	1.454,87	1.303,37	-10,4%
Outros serviços <sup>2</sup>	65,55	-183,90	-380,5%
Receitas	875,49	628,55	-28,2%
Despesas	809,93	812,45	0,3%
<b>Total</b>	<b>-21.937,42</b>	<b>-24.335,09</b>	<b>10,9%</b>
Receitas	24.725,35	25.657,30	3,8%
Despesas	46.662,77	49.992,39	7,1%

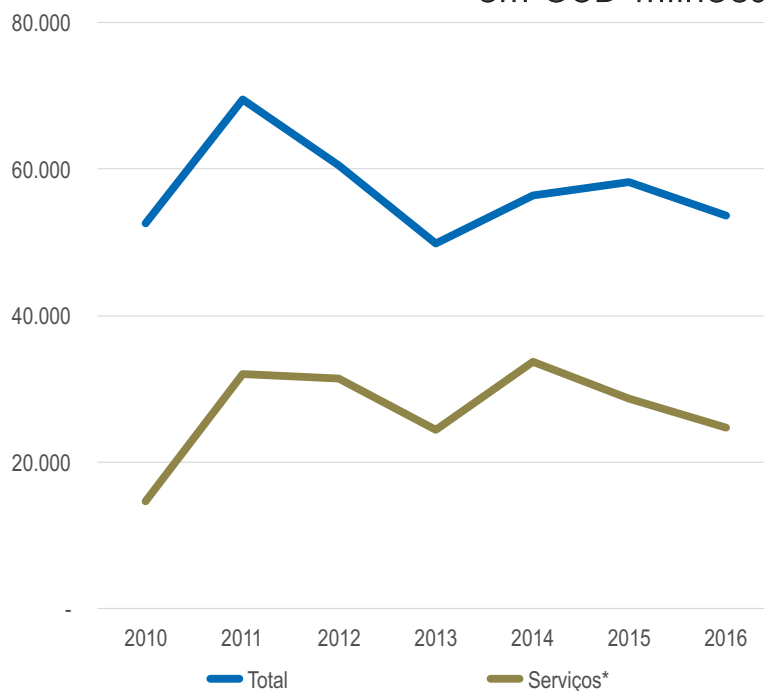
aponta para um crescimento do IDE bastante fraco, de 0,3% ao ano. Contudo, houve importantes transformações nesse período que constituem um cenário novo.

A primeira grande transformação foi o fato de os serviços terem assumido posição de liderança. Em 2010, por exemplo, os investimentos diretos em empresas de serviços responderam por apenas 28,8% do total do ingresso bruto de IDE daquele ano. A indústria de transformação respondeu por 40,2% e os setores agropecuário e extrativos, por 30,9%. Em 2016, a situação se inverteu drasticamente: 46,7% dos ingressos brutos de investimento foram direcionados a empresas de serviços e apenas 37,2% para empresas industriais e 16,2% para empresas do setor primário da economia brasileira. Isso foi resultado do expressivo crescimento dos ingressos brutos de IDE em serviços, que alcançou a taxa de 9,6% ao ano entre 2010 e 2016 e das retrações de 9,9% ao ano e 1,1% ao ano dos ingressos brutos de IDE para o setor primário e para a indústria de transformação.

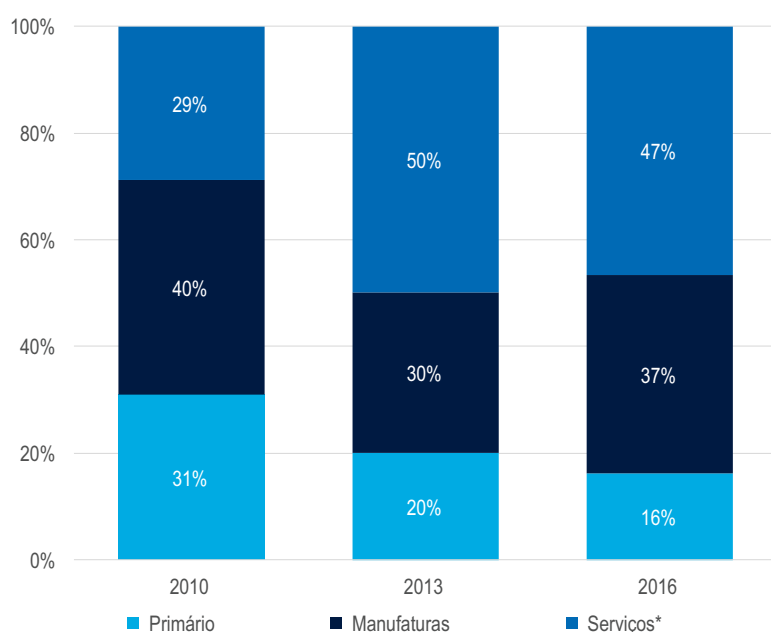
A segunda grande transformação foi a recomposição da origem desses investimentos. A maioria dos países que investiram no Brasil em 2010 reduziram suas participações em 2016. Os casos mais marcantes foram o da Suíça, cuja participação no IDE do Brasil passou a de 12,3% em 2010 para 1,8% em 2016, e o da Áustria, cuja participação no IDE do Brasil caiu de 6,5% em 2010 para 0,2% em 2016.

Em contraposição, cresceram as participações de outros países. O ingresso bruto de capitais provenientes da Itália, que havia alcançado participação de 0,6% do total do ingresso bruto de IDE no Brasil em 2010, chegou a uma participação de 5,3% em 2016. As participações de capitais provenientes dos Países Baixos ou do Reino Unido cresceram 6,9 pontos percentuais e 4,7 pontos percentu-

## Investimento Direto Estrangeiro em USD milhões



## Participação dos setores de atividade econômica no total do IDE (%)



Fonte: Banco Central do Brasil.  
(\* ) Inclui comércio e serviços financeiros.

ais entre 2010 e 2016. Assim, a participação dos Países Baixos no IDE brasileiro alcançou 19,6% do total do IDE no último ano, e a do Reino Unido, 6,7% em igual comparação.

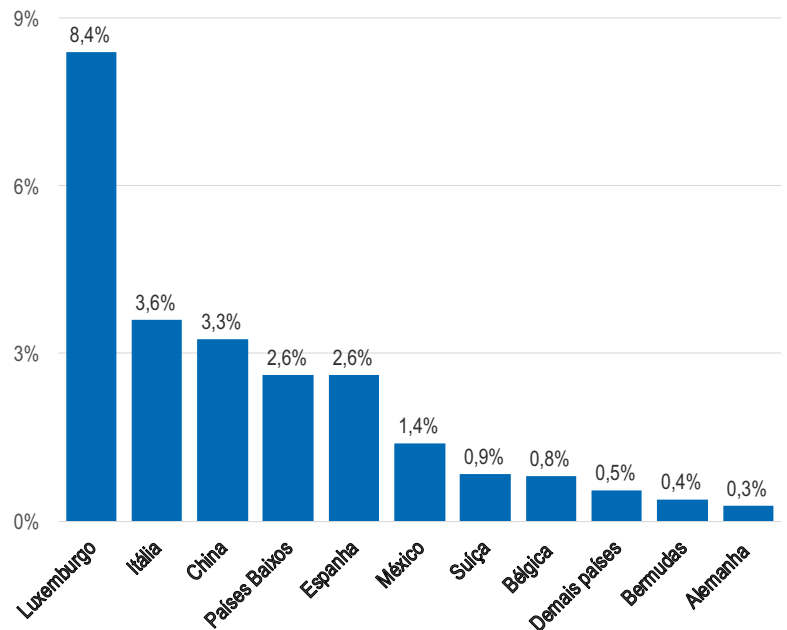
No que diz respeito especificamente ao ingresso bruto de investimentos diretos estrangeiros em atividades de serviços, vale destacar o crescimento de participação dos capitais provenientes de Luxemburgo, da Itália e da China. No caso de Luxemburgo, a participação dos capitais provenientes desse país no total do IDE em serviços no Brasil saltou de 2,4% em 2010 para 10,8% em 2016 (aumento de 8,4 pontos percentuais). A participação dos capitais italianos no total do ingresso bruto de IDE em serviços no Brasil saltou de 1,0% em 2010 para 4,6% em 2016 (aumento de 3,6 pontos percentuais). Por fim, os dados do Banco Central do Brasil também apontam para um crescimento expressivo da participação de capitais chineses no total do ingresso bruto de IDE em serviços no Brasil: em 2010, a China representava apenas 0,1% do total e, em 2016, esse percentual já havia passado para 3,4% do total.

## Desequilíbrio fiscal

As informações mais recentes do Tesouro Nacional dão conta de que o desajuste fiscal continuou muito elevado em 2017. O resultado primário do Governo Central passou de um déficit primário acumulado em 12 meses de R\$ 147,6 bilhões em outubro de 2016 para R\$ 202,9 bilhões em outubro de 2017 (valores a preços constantes).

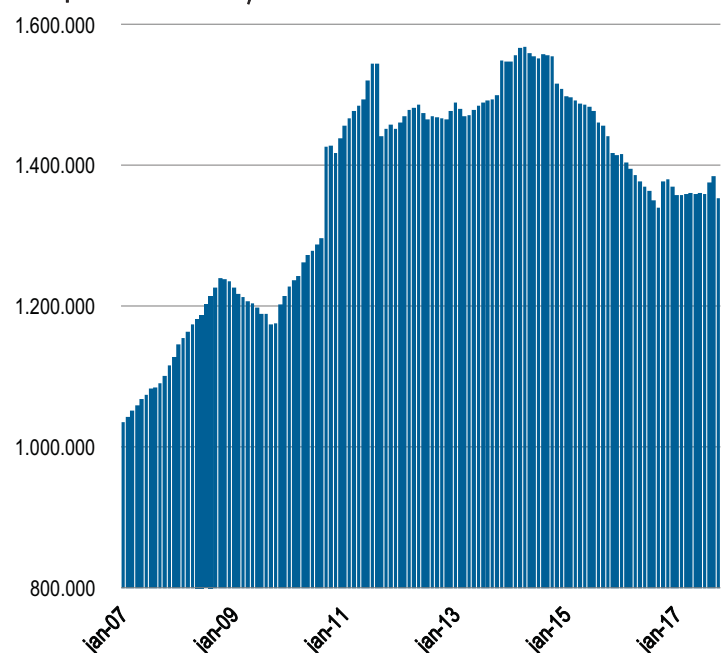
Nos primeiros dez meses do ano, houve, de um lado, queda real de 1,5% das receitas do Governo Central em relação a igual período de 2016 e, de outro, aumento real de 1,0% das despesas totais. O aumento das despesas foi particularmente forte nos itens Benefícios Previdenciários (7,0%) e Pessoal e Encargos

## Taxas nacionais de expansão da participação dos serviços no total do IDE no Brasil (%), 2010 a 2016



Fonte: Banco Central do Brasil.

## Arrecadação tributária federal em R\$ bilhões\*, acumulada em 12 meses



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE. (\*) a preços do III trimestre de 2017.

Sociais (9,7%). As outras despesas obrigatórias caíram 5,4% em termos reais, ao passo que as despesas discricionárias, onde estão computados os investimentos públicos federais, recuaram 13,5% em termos reais. Nesse item, pesaram os cortes dos gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (-40,9%), onde estão computadas as despesas com o Programa Minha Casa Minha Vida, as quais caíram 61,4%!

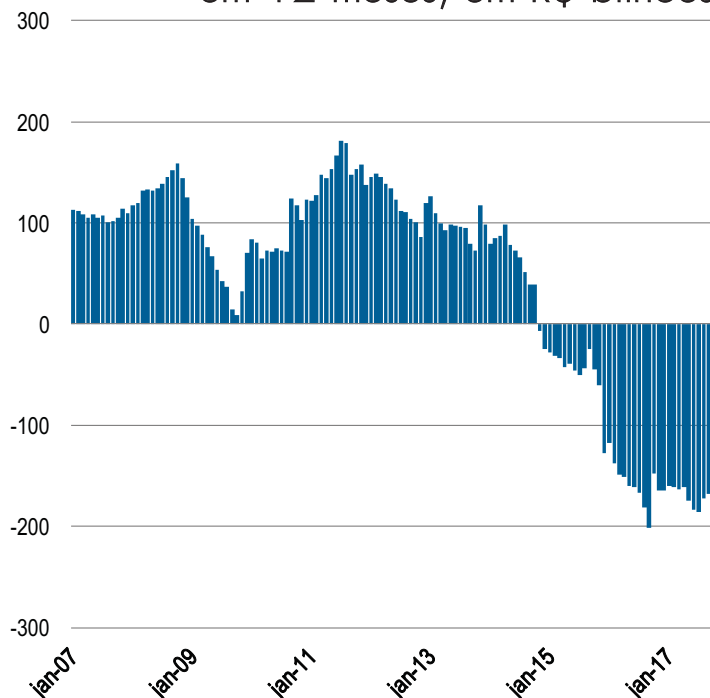
Com o déficit primário e as taxas de juros em patamares menores, mas ainda elevados, cresceu sobremaneira o custo de financiamento da dívida pública. As despesas nominais com juros da dívida pública cresceram de R\$ 231,6 bilhões nos primeiros dez meses de 2016 para R\$ 261,8 bilhões nos primeiros sete meses deste ano, indicando aumento de R\$ 29 bilhões em termos reais.

## A menor inflação em dez anos

A taxa de inflação dos preços ao consumidor continua bastante reduzida. Entre julho e outubro de 2017, a variação acumulada em 12 meses do IPCA ficou abaixo de 3%. É o nível de inflação mais reduzido que se observou no país nos últimos 10 anos. Isso tem possibilitado a manutenção do ritmo de redução das taxas de juros, com efeitos positivos sobre a economia. A inflação baixa também tem favorecido o aumento do poder aquisitivo, algo fundamental para o consumo.

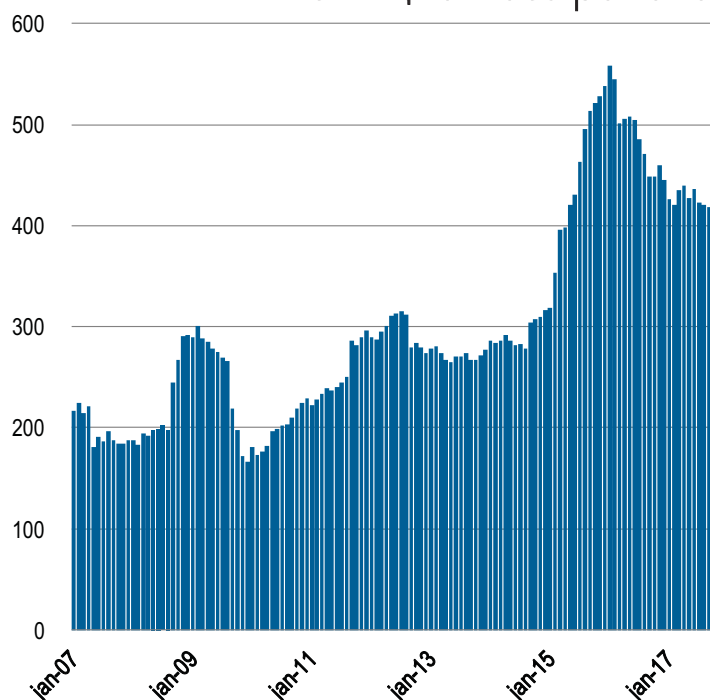
Nessa comparação, o que mais contribuiu para a queda do custo de vida foi a redução de despesas com alimentação no domicílio, cuja queda foi de 5,1% entre outubro de 2017 com relação ao mesmo mês do ano anterior. As despesas com saúde e educação continuaram pressionando o custo de vida dos brasileiros neste ano. Em outubro último, a variação em doze meses das despesas com saúde já estava em 10,8% e a das despesas com educação, em 7,0%.

## Resultado primário acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

## Custo da dívida pública federal em R\$ bilhões por ano



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

O IGP-DI registrou deflação de 1,1% entre outubro de 2017 e outubro de 2016. Esse resultado é importantíssimo, porque em outubro de 2016, a taxa acumulada em 12 meses do IGP-DI era de 8,0%. Para que houvesse essa redução tão rápida e drástica da inflação, além da contribuição dos preços aos consumidores, pesaram a queda dos preços no atacado, principalmente de produtos agropecuários, resultado da safra recorde deste ano.

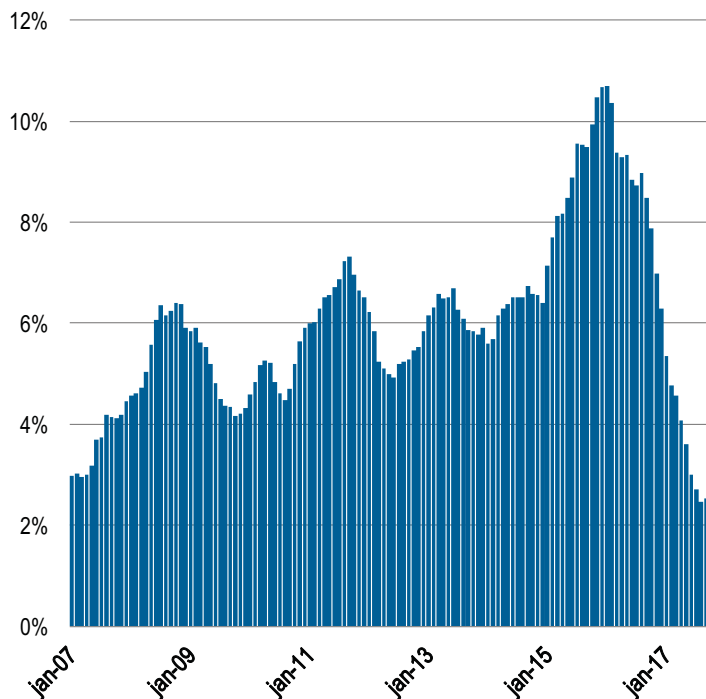
Nos serviços privados não financeiros (que não inclui os serviços de saúde e educação prestados às famílias), o comportamento de preços foi bastante variado. Na média dos setores, houve aumento de preços de 5,8% entre setembro de 2016 e setembro de 2017. Isso foi resultado do aumento de 58,2% dos preços dos transportes aéreos e dos preços dos serviços técnico-profissionais, cuja variação acumulada em 12 meses até setembro de 2017 foi de 6,8%. Nesses casos, pesaram os mesmos fatores que influenciaram os preços de serviços de saúde e de educação: as elevações dos custos com a mão de obra.

## Emprego por setor

O mês de outubro de 2017 foi marcado pelo crescimento no mercado de trabalho brasileiro, com tendência de crescimento em alguns setores: indústria, comércio e serviços. Entre dezembro de 2016 e outubro de 2017, o número de empregados com carteira assinada passou de 46,4 milhões para 46,7 milhões conforme indicam estimativas da Confederação Nacional dos Serviços feitas com base em dados do Ministério do Trabalho. Portanto, os dados mostram que houve abertura de 302,2 mil postos de trabalho nesse período.

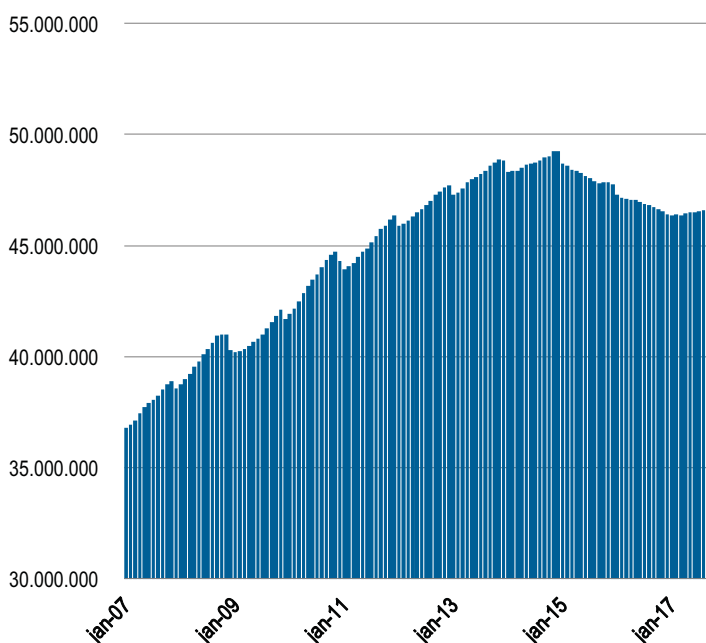
Apesar de positivo, por representar um estancamento no processo de sangria do

## Taxa de variação do IPCA em 12 meses, (%)



Fonte: IBGE.

## Emprego com carteira assinada em todos os setores de atividade econômica



Fonte: CNS

mercado de trabalho brasileiro, esse resultado ainda aponta para um resultado ruim na comparação interanual. O nível de emprego registrado nos primeiros dez meses deste ano ficou 1,0% abaixo do verificado em igual período de 2016.

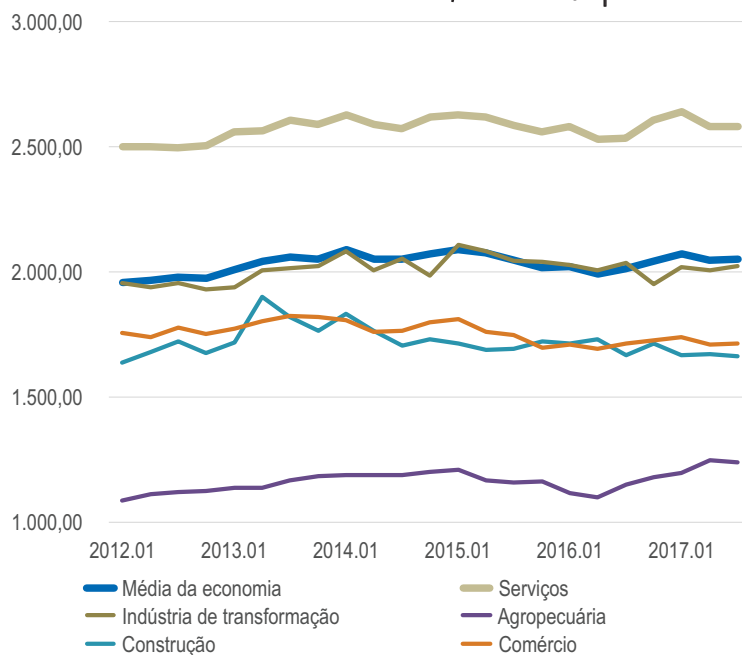
Nessa comparação anual, a maior retração foi observada no comércio, cujo empregado caiu 3,2%. Nos primeiros dez meses de 2017, o comércio fechou mais de 300 mil vagas em relação ao mesmo período de 2016. A construção civil também teve retração acentuada com fechamento de 175 mil vagas em relação ao mesmo período de 2016, um número excessivamente elevado para um setor de atividade econômica que já havia encerrado 428 mil vagas no ano passado. A indústria de transformação, cujo estoque de trabalhadores caiu 6,9% em 2016, ainda apresenta resultados ruins: entre os primeiros dez meses de 2016 e igual período de 2017, o setor fechou 68,7 mil vagas. O setor de serviços reduziu o ritmo de encerramento de postos de trabalho. No acumulado do ano até outubro, os serviços fecharam apenas 20 mil vagas (queda de 0,1%).

Em razão do emprego maior, a remuneração real do trabalho evoluiu favoravelmente. Na média das atividades econômicas, a remuneração real do trabalho cresceu 2,0% entre o terceiro trimestre de 2017 e igual período do ano passado. Contudo, alguns setores apresentaram quedas de remuneração real: indústria de transformação, construção e comércio.

## Emprego, faturamento e salários nos serviços

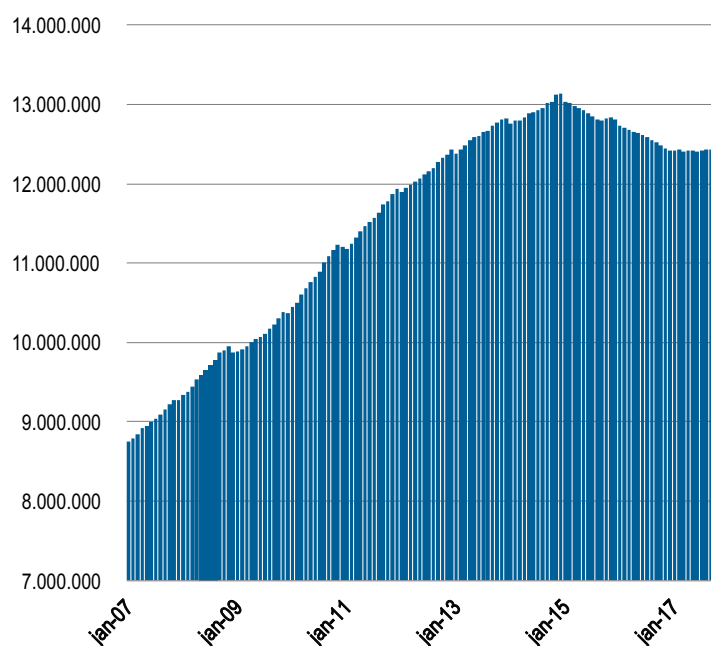
Nos últimos meses houver uma mudança de tendência relevante na dinâmica das atividades de serviços. Os segmentos de serviços de informação e de outros serviços privados não financeiros voltaram a contratar. Foram,

## Evolução da remuneração real do trabalho na economia, em R\$ por mês



Fonte: IBGE.

## Emprego com carteira assinada nos serviços privados não financeiros



Fonte: CNS

respectivamente, 6,9 mil e 87,5 mil postos de trabalho abertos nesses dois segmentos desde dezembro de 2016. O que vem pesando negativamente é o desempenho dos serviços prestados às empresas, cuja dinâmica reduziu o peso positivo observado nos demais segmentos.

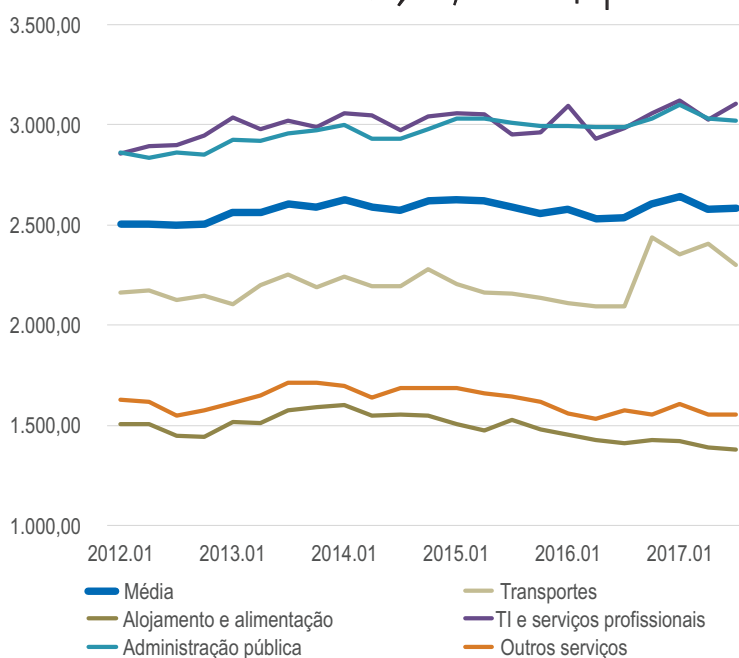
Outro dado que corrobora o quadro mais positivo no setor é a evolução do faturamento. Em termos reais, as receitas dos serviços privados não financeiros caíram 3,7% entre os primeiros nove meses de 2017 e igual período de 2016 segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. Entre os segmentos analisados, vale destacar as quedas reais no faturamento dos serviços profissionais, administrativos e complementares (-8,0%) e nos outros serviços (-9,7%). Em razão do elevado aumento de tarifas, os serviços de transportes aéreos acumularam perdas reais de 17,5% até setembro. Os serviços de Tecnologia de Informação, por outro lado, tiveram crescimento real de 1,4% no acumulado de 2017 até setembro.

Os salários médios pagos pelo setor de serviços privados não financeiros tiveram elevação real de 2,0% no acumulado do ano de 2017 até setembro. Esse crescimento foi maior que o observado na indústria de transformação, cujo salário médio caiu 0,4% em termos reais, ou no comércio, cuja salário médio teve aumento real de 0,9%. Como a ocupação total no setor de serviços privados não financeiros cresceu 2,5% no acumulado do ano, a massa de rendimentos pagos pelo setor teve elevação de 4,5% em termos reais.

## Perspectivas 2018

Como foi apontado em edições anteriores do Boletim de Conjuntura da CNS, o contexto econômico se complicou severamente ao longo de 2016. O aumento de custo da dívida

## Evolução da remuneração real do trabalho nos serviços, em R\$ por mês



Fonte: IBGE.

pública federal levou à adoção de uma política fiscal que restringiu severamente o investimento público, com impacto forte sobre o nível de atividades. O início de 2017, foi um pouco melhor, mas ainda prevalecia a tendência de queda da produção.

Contudo, a liberação de recursos do FGTS das contas inativas promovida este ano, possibilitou o ingresso de quase R\$ 50 bilhões na economia. Isso fez reduzir a inadimplência das famílias, com reflexos positivos sobre o crédito, e elevou ligeiramente o consumo. Os efeitos sobre as atividades econômicas já se fizeram sentir, com aumento do emprego, da renda do trabalho e do PIB. Além disso, as reduções da inflação e das taxas de juros têm favorecido a ampliação do crédito para famílias e empresas.

Esse novo cenário trouxe um ambiente novo em que as condições são mais favoráveis ao crescimento. Por exemplo, o Boletim de Conjuntura da CNS de março de 2017 indicava perspectiva de nova retra-



## Perspectivas de crescimento 2017-2018

Setores de atividade	Em R\$ milhões			Variação anual	
	2016	2017	2018	2017	2018
Agropecuária	267,60	303,79	314,333	13,5%	3,5%
Extrativa Mineral	78,78	82,84	85,975	5,2%	3,8%
Indústria de Transformação	653,22	665,23	681,445	1,8%	2,4%
Construção	314,01	300,21	306,771	-4,4%	2,2%
Comércio	695,74	710,50	735,229	2,1%	3,5%
Financeiro	439,50	434,14	441,020	-1,2%	1,6%
Serviços públicos	940,21	934,19	939,098	-0,6%	0,5%
Serviços privados não financeiros	2.132,74	2.146,17	2.197,377	0,6%	2,4%
<b>PIB a custo de fatores</b>	<b>5.521,78</b>	<b>5.577,08</b>	<b>5.701,248</b>	<b>1,0%</b>	<b>2,2%</b>
Energia, saneamento e gás	155,40	155,77	158,63	0,2%	1,8%
Transportes e logística	246,87	249,51	256,09	1,1%	2,6%
Serviços de informação	183,28	180,28	188,67	-1,6%	4,7%
Prestados às famílias e empresas	546,59	552,62	581,00	1,1%	5,1%
Serviços imobiliários	1.000,60	1.008,00	1.012,99	0,7%	0,5%
<b>Total</b>	<b>2.132,74</b>	<b>2.146,17</b>	<b>2.197,38</b>	<b>0,6%</b>	<b>2,4%</b>
Consumo	4.108,59	4.160,11	4.257,76	1,3%	2,3%
Gastos do governo	1.251,40	1.244,22	1.243,38	-0,6%	-0,1%
Investimento*	916,97	955,22	988,34	4,2%	3,5%
Exportação	753,90	813,43	833,71	7,9%	2,5%
Importação	637,26	706,90	719,15	10,9%	1,7%
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>6.393,61</b>	<b>6.466,08</b>	<b>6.604,05</b>	<b>1,1%</b>	<b>2,1%</b>

Projeções: CNS. Valores a preços do III trimestre de 2017.

ção de 0,3% de PIB em 2017. No Boletim de Conjuntura de setembro de 2017, já se projetava uma taxa de crescimento de 1,7% no próximo ano. Hoje, após a atualização dos indicadores e o avanço positivo da economia no terceiro trimestre deste ano, as projeções do CNS apontam para um crescimento econômico mais positivo em 2018: espera-se uma expansão do PIB brasileiro de 2,1%.

Entre os setores de atividade econômica, vale destacar as perspectivas positivas dos serviços

privados não financeiros, cujo PIB deve crescer 2,4% no próximo ano. Os destaques serão os serviços prestados às famílias e às empresas, fortemente favorecidos pela expansão da renda do trabalho e da própria atividade econômica dos demais setores da economia, e os serviços de informação. Para esses dois setores esperam-se taxas de crescimento de 4,7% e 5,1%, respectivamente. Os serviços de transportes também crescem na esteira da expansão da indústria, principalmente da extrativa, da agropecuária e do comércio.